Reprodução social e desigualdades regionais no Brasil

**Bruna de Oliveira Schweder[[1]](#footnote-1)**

**Luciana Butzke[[2]](#footnote-2)**

**Ivo Marcos Theis[[3]](#footnote-3)**

**Resumo**

A análise de alguns indicadores socioeconômicos das macrorregiões brasileiras caracteriza a grande heterogeneidade e as disparidades presentes no território. Nesse sentido, a finalidade deste artigo é evidenciar, através da coleta e análise de dados estatísticos, a possível relação entre o papel das mulheres como reprodutoras sociais e as desigualdades regionais brasileiras. A reprodução da vida ocorre com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, essa massa de trabalhadores está migrando para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida, melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos. Os dados coletados indicam que as desigualdades regionais permanecem, de fato, vívidas no território brasileiro. Isso significa que algumas gentes continuam a amargar as consequências do Brasil Colônia, especialmente as mulheres.

**Palavras-chave:** Brasil; desenvolvimento regional; desigualdades; Teoria da Reprodução Social.

Social Reproduction and Regional Inequalities in Brazil

**Abstract**

A examination of socioeconomic indicators across Brazilian macro-regions reveals significant heterogeneity and disparities within the territory. This article aims to highlight the potential relationship between the role of women as social reproducers and regional inequalities in Brazil through a literature review and an analysis of statistic data. Life reproduction is notably more intensive in the North and Northeast regions. However, this population is migrating to the Southeast and Central-West regions in search of better living conditions, job opportunities, and higher income. The collected data clearly indicates that regional inequalities persist and are still prominent in Brazilian territory. Consequently, some people continue to experience the repercussions of Colonial Brazil, specially women.

**Keywords:** Brazil; regional development; inequalities; Social Reproduction Theory.

1 Introdução

O tema deste artigo é Desenvolvimento Regional e Reprodução Social. Os objetivos que norteiam esta pesquisa são: analisar o desenvolvimento regional do Brasil pós 1988 a partir da Teoria da Reprodução Social pela perspectiva de gênero e, especificamente, descrever os processos de reprodução da vida nas regiões brasileiras e descrever os processos de reprodução do capital nas regiões brasileiras. As hipóteses consideradas são: i) a Teoria da Reprodução Social aliada ao Desenvolvimento Regional, é capaz de tecer uma análise acerca das diferenças regionais brasileiras e dos processos de reprodução social a partir de uma perspectiva de gênero; ii) o sentido da formação do Brasil é que o território se desorganizou em regiões e essa desorganização se mantém até os dias atuais. Dessa forma, desde os primórdios as regiões brasileiras vêm reproduzindo desigualdades. E assim, a reprodução social ocorre com maior intensidade nas regiões mais desiguais.

Considerando que o trabalho se propõe a analisar os fenômenos tanto sociais quanto econômicos que resultaram em desigualdades regionais, é inevitável ponderar a inter-relação entre fatos, contexto social, político e econômico. Nesse sentido, o método dialético de abordagem mostrou-se um caminho possível. Em relação aos fundamentos epistemológicos da presente pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa. No que diz respeito à natureza das fontes utilizadas para abordagem e tratamento de seu objeto, a pesquisa classifica-se como bibliográfica.

Portanto, no que diz respeito às técnicas de pesquisa, fez-se análise de documentação, considerando que dados socioeconômicos foram coletados. A abordagem metodológica se deu a partir de uma revisão de literatura e levantamento de material bibliográfico e documental, já que foram analisados indicadores sociais das macrorregiões brasileiras.

Além de procurar compreender as desigualdades regionais, o artigo pretendeu demonstrar o papel de reprodutora social da mulher e, por conseguinte, sua relação com a conformação das desigualdades regionais brasileiras. Entende-se que a construção do conhecimento sobre a Questão Regional envolve construir conhecimento na direção de um desenvolvimento regional do Brasil para os brasileiros e brasileiras.

Nesse sentido, o artigo se relaciona intimamente com a sessão temática, já que busca trazer um novo elemento para a análise do desenvolvimento regional, a teoria da reprodução social. Propõe, portanto, que a forma como as mulheres são oprimidas nas diferentes regiões do Brasil é capaz de ajudar a explicar as disparidades existentes no território nacional.

2 Referencial teórico

As desigualdades e a opressão no capitalismo vão variar conforme o tempo e o espaço. Se partimos do pressuposto de que o discurso e a teoria do desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, se tornam expressão do capitalismo, aproximações entre a Teoria da Reprodução Social e a Teoria do Desenvolvimento são importantes para a crítica e superação do capitalismo e, consequentemente, da desigualdade e da opressão.

As desigualdades e opressões se relacionam às relações de gênero, classe social, raça, dentre outras. E a base da desigualdade e da opressão está amarrada no sistema capitalista como um todo. Assim, “qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si.” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Mas essa tarefa coloca também um desafio: “situar” a teorização para que ela dialogue com contextos socioculturais e geográficos distintos (VALIAVICHARSKA, 2020), sem se descuidar de “uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as lutadoras e lutadores a entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las.” (BHATTACHARYA, 2019, p. 110).

O debate sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional no Brasil deve partir necessariamente

[...] de uma aproximação desde a realidade sociocultural brasileira, que passe a dar alguma visibilidade e levar na devida conta o seu passado colonial, o sofrimento dos povos originários e das populações compulsoriamente transplantadas, a presença das mulheres, a diversidade da natureza. (THEIS, 2019, p. 356)

E de forma mais ampla, que a Teoria do Desenvolvimento e a Teoria do Desenvolvimento Regional continue a reconhecer o desenvolvimento como um processo empiricamente verificável, mas que supere a dimensão normativa que coloca o desenvolvimento como meta a ser alcançada (perpetuando as relações que produzem desigualdade e opressão) e “ouse contemplar um horizonte utópico informado pelo impulso para a autodeterminação social.” (THEIS, 2022, p. 19).

3 Resultados e discussão

A fim de compreender aspectos das macrorregiões brasileiras no período recente, recorreu-se a determinados dados. Antes de mais nada, é importante destacar que a classificação adotada é a regionalização a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide o Brasil em cinco grandes regiões, sendo elas Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste (IBGE, 2017).

A tabela abaixo demonstra a evolução da população das cinco macrorregiões brasileiras no período de 1980 a 2010.

Em todo o período analisado, o Centro-Oeste foi a região que mais cresceu em número de habitantes. A região que menos aumentou sua população foi o Nordeste.

Tabela 1 – Evolução da população total por região, 1980 a 2010

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** | **Total** |
| 1980 | 6.806.720 | 6.619.755 | 34.815.439 | 19.031.990 | 51.737.148 | 119.011.052 |
| 1991 | 9.427.601 | 10.030.556 | 42.497.540 | 22.129.377 | 62.740.401 | 146.825.475 |
| 1996 | 10.500.579 | 11.288.259 | 44.766.851 | 23.513.736 | 67.000.738 | 157.070.163 |
| 2000 | 11.636.728 | 12.900.704 | 47.741.711 | 25.107.616 | 72.412.411 | 169.799.170 |
| 2007 | 13.222.854 | 14.623.316 | 51.534.406 | 26.733.595 | 77.873.120 | 183.987.291 |
| 2010 | 14.058.094 | 15.864.454 | 53.073.882 | 27.386.891 | 80.364.410 | 190.747.731 |

Fonte: Ipeadata. Elaboração da autora, 2024.

Ainda na perspectiva populacional, analisou-se abaixo a taxa de imigração líquida, com o objetivo de ter uma variável de controle. Em todo o período analisado, a região Centro-Oeste foi a que obteve a maior taxa de imigração líquida, seguida pela região Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, respectivamente. Importa assinalar que a construção de Brasília aconteceu entre 1957 e 1960, fato que pode ter influenciado a alta taxa de imigração para a região Centro-Oeste. A região Nordeste apresentou a menor taxa de imigração líquida.

Tabela 2 – Taxa de imigração líquida, 1950 a 1980

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 1950 | 20,69 | 12,12 | 5,47 | 10,94 | 11,90 |
| 1960 | 29,38 | 9,72 | 6,31 | 16,83 | 13,71 |
| 1970 | 32,84 | 9,90 | 5,93 | 17,50 | 16,57 |
| 1980 | 35,14 | 18,16 | 6,49 | 14,06 | 18,45 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950-1980. Elaboração da autora, 2024.

Na sequência, analisou-se o percentual de crianças e adolescentes por região, dentre os anos de 1980 a 2015. Notou-se que a região Norte exibiu o maior percentual de crianças e adolescentes em praticamente todo o período analisado. A região Sudeste, por sua vez, registrou o menor percentual de crianças e adolescentes de 1980 a 2000, ficando atrás da região Sul nos anos de 2010 e 2015, em alguns grupos de idade. É importante ressaltar que todas as regiões registraram queda desse indicador. Em relação ao percentual de variação que cada região exibiu, nota-se que a região Sul foi a que mais diminuiu o percentual de crianças e adolescentes em todos os grupos de idade. A região Sudeste foi a que menos diminuiu o percentual de crianças de 0 a 4 anos. Enquanto a região Norte foi a que menos diminuiu o percentual dos demais grupos de idade no período analisado.

Tabela 3 – Crianças e adolescentes por região, por grupo de idade (%), 1980 a 2015

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Grupo de idade** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** | **Brasil** |
| 1980 | 0 a 4 anos | 14,9 | 17,8 | 15,9 | 12,4 | 12,3 | 13,8 |
| 5 a 9 anos | 13,4 | 15,1 | 14,1 | 11,8 | 11,0 | 12,4 |
| 10 a 14 anos | 12,7 | 13,1 | 13,4 | 12,1 | 10,8 | 12,0 |
| 15 a 19 anos | 11,8 | 11,2 | 11,6 | 11,9 | 11,1 | 11,4 |
| 1991 | 0 a 4 anos | 11,5 | 14,3 | 12,8 | 10,5 | 10,0 | 11,3 |
| 5 a 9 anos | 11,9 | 14,6 | 13,6 | 10,9 | 10,6 | 11,9 |
| 10 a 14 anos | 11,9 | 13,7 | 13,1 | 10,6 | 10,6 | 11,6 |
| 15 a 19 anos | 10,9 | 11,4 | 11,2 | 9,6 | 9,5 | 10,2 |
| 2000 | 0 a 4 anos | 9,8 | 12,7 | 10,6 | 8,8 | 8,7 | 9,7 |
| 5 a 9 anos | 10,0 | 12,5 | 10,8 | 9,2 | 8,8 | 9,8 |
| 10 a 14 anos | 10,1 | 12,1 | 11,6 | 9,5 | 9,2 | 10,2 |
| 15 a 19 anos | 10,6 | 11,8 | 11,7 | 9,8 | 9,9 | 10,6 |
| 2010 | 0 a 4 anos | 7,6 | 9,8 | 8,0 | 6,4 | 6,5 | 7,2 |
| 5 a 9 anos | 8,0 | 10,3 | 8,7 | 7,0 | 7,0 | 7,9 |
| 10 a 14 anos | 8,9 | 11,1 | 9,9 | 8,4 | 8,2 | 9,0 |
| 15 a 19 anos | 9,0 | 10,4 | 9,7 | 8,6 | 8,2 | 8,9 |
| 2015 | 0 a 4 anos | 6,7 | 7,8 | 6,8 | 5,8 | 5,8 | 6,3 |
| 5 a 9 anos | 7,2 | 9,2 | 7,8 | 6,2 | 6,2 | 7,0 |
| 10 a 14 anos | 7,8 | 9,7 | 8,9 | 6,8 | 6,9 | 7,7 |
| 15 a 19 anos | 8,3 | 9,9 | 9,4 | 7,8 | 8,0 | 8,5 |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Elaboração da autora, 2024.

Para o IBGE (2022), a pessoa de referência da família é apontada pelos próprios familiares como responsável. Dentre os anos de 2001 a 2015, período analisado, a quantidade de homens apontados como referência nas famílias diminuiu em todas as regiões brasileiras, sendo que a queda mais expressiva foi registrada na região Nordeste, com 21%. Em contrapartida, a quantidade de mulheres apontadas como referência nas famílias aumentou em todas as regiões durante o período. Sendo que na região Nordeste aconteceu a maior elevação, de 55%.

Tabela 4 – Pessoa de referência da família – Homem (%), 2001 a 2015

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 2001 | 73,34 | 70,89 | 72,21 | 75,58 | 71,98 |
| 2002 | 72,92 | 67,04 | 71,18 | 74,46 | 71,15 |
| 2003 | 73,70 | 67,16 | 70,66 | 73,63 | 70,76 |
| 2004 | 70,80 | 72,45 | 69,36 | 73,34 | 70,12 |
| 2005 | 69,71 | 70,98 | 68,67 | 72,44 | 68,57 |
| 2006 | 70,36 | 68,18 | 67,94 | 71,58 | 67,89 |
| 2007 | 67,39 | 65,77 | 66,58 | 69,14 | 66,82 |
| 2008 | 65,23 | 68,10 | 63,71 | 67,36 | 64,77 |
| 2009 | 63,86 | 65,92 | 65,17 | 67,06 | 64,01 |
| 2011 | 64,54 | 63,00 | 61,36 | 63,71 | 62,45 |
| 2012 | 61,82 | 62,75 | 60,73 | 63,31 | 62,06 |
| 2013 | 61,38 | 61,32 | 59,94 | 62,49 | 61,35 |
| 2014 | 61,62 | 62,09 | 57,48 | 61,67 | 60,68 |
| 2015 | 60,50 | 60,58 | 57,06 | 63,13 | 59,33 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009. Elaboração da autora, 2024.

Tabela 5 – Pessoa de referência da família – Mulher (%), 2001 a 2015

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 2001 | 26,66 | 29,11 | 27,79 | 24,42 | 28,02 |
| 2002 | 27,08 | 32,96 | 28,82 | 25,54 | 28,85 |
| 2003 | 26,30 | 32,84 | 29,34 | 26,37 | 29,24 |
| 2004 | 29,20 | 27,55 | 30,64 | 26,66 | 29,88 |
| 2005 | 30,29 | 29,02 | 31,33 | 27,56 | 31,43 |
| 2006 | 29,64 | 31,82 | 32,06 | 28,42 | 32,11 |
| 2007 | 32,61 | 34,23 | 33,42 | 30,86 | 33,18 |
| 2008 | 34,77 | 31,90 | 36,29 | 32,64 | 35,23 |
| 2009 | 36,14 | 34,08 | 34,83 | 32,94 | 35,99 |
| 2011 | 35,46 | 37,00 | 38,64 | 36,29 | 37,55 |
| 2012 | 38,18 | 37,25 | 39,27 | 36,69 | 37,94 |
| 2013 | 38,62 | 38,68 | 40,06 | 37,51 | 38,65 |
| 2014 | 38,38 | 37,91 | 42,52 | 38,33 | 39,32 |
| 2015 | 39,50 | 39,42 | 42,94 | 36,87 | 40,67 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009. Elaboração da autora, 2024.

Ao lançar os olhos para o ano de 2015, último analisado, constata-se que na região Nordeste estava o maior percentual de mulheres apontadas como pessoa de referência da família, com 42%. Ao passo que na região Sul encontrava-se o menor percentual, com 36%. Apesar de uma tendência de mudança, ainda é possível perceber que os homens são maioria quando o assunto é referência da família. O maior percentual estava na região Sul, em 2015, com 63,13% dos homens sendo apontados como referência, em relação as mulheres. O menor percentual foi observado na região Nordeste, com 57% dos homens sendo apontados como pessoa de referência da família.

Os dados acerca da taxa de fecundidade demonstram que a região Norte foi a que apresentou a maior taxa em praticamente todo o período analisado, ficando atrás do Nordeste apenas no ano de 1940. Já o Sudeste foi a região que apresentou a menor taxa de fecundidade dentre os anos de 1950 a 2010. Em 1940 e em 2016 foi a região Sul que apresentou a menor variável.

Tabela 6 – Taxa de fecundidade total, 1980 a 2016

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 1980 | 4,51 | 6,45 | 6,13 | 3,63 | 3,45 |
| 1991 | 2,66 | 4,18 | 3,71 | 2,52 | 2,39 |
| 2000 | 2,25 | 3,17 | 2,69 | 2,24 | 2,10 |
| 2010 | 1,83 | 2,40 | 2,02 | 1,70 | 1,70 |
| 2016 | 1,67 | 2,06 | 1,93 | 1,57 | 1,58 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2009](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_brasil_2009.pdf). Elaboração da autora, 2024.

Outro dado que importa para analisar a reprodução da massa de trabalhadores é a quantidade de óbitos fetais por região.

Tabela 7 – Óbitos fetais por região (Unidades), 2003 a 2021

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** | **Brasil** |
| 2003 | 2125 | 2477 | 7280 | 4083 | 14236 | 30201 |
| 2006 | 1922 | 2159 | 6776 | 3462 | 11749 | 26068 |
| 2009 | 1710 | 2099 | 6947 | 3024 | 10632 | 24412 |
| 2012 | 1669 | 2174 | 7173 | 3134 | 11470 | 25620 |
| 2015 | 2153 | 2242 | 7426 | 3270 | 11563 | 26654 |
| 2018 | 2130 | 2134 | 7467 | 3044 | 10787 | 25562 |
| 2021 | 2250 | 2278 | 7185 | 2867 | 10034 | 24614 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Estatísticas do Registro Civil. Elaboração da autora, 2024.

A região Sudeste exibiu o maior número de óbitos fetais em todo o período analisado, com 40,77% dos óbitos em relação ao Brasil como um todo, no ano de 2021 – último ano analisado. Em seguida, ficou o Nordeste com 29,19%, o Sul com 11,65%, o Norte com 9,25% e o Centro-Oeste com 9,14% dos óbitos quando comparado ao Brasil no ano de 2021. Esses números correspondem ao total da população de cada região.

Ao analisar simultaneamente os dados sobre fecundidade e óbitos fetais, foi possível perceber que enquanto a região Norte apresentou a maior taxa de fecundidade, a mesma região também registrou pouca queda na quantidade de óbitos fetais no período analisado. Ou seja, pode-se inferir que a reprodução tem acontecido a uma taxa mais elevada em relação às demais regiões, entretanto, as mortes fetais também são elevadas – quando comparadas às demais regiões. As regiões Sudeste e Sul registraram as menores taxas de fecundidade, ao passo que também foram as regiões com a maior queda na quantidade de óbitos fetais.

Segundo a perspectiva mais recente da reprodução social, a produção e reprodução da força de trabalho é um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas. Por conseguinte, cabe desvelar onde e por quem o capital se reproduz. Por isso, os dados que se seguem evidenciam a produção de riquezas, a força de trabalho, a remuneração do trabalho e, finalmente, o trabalho não pago.

Tabela 8 – PIB por região – R$ (mil), a preços de mercado, 1990 a 2020

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 1990 | 596 | 570 | 1.486 | 2.103 | 6.794 |
| 1995 | 59.341.398 | 29.792.515 | 84.970.343 | 114.304.214 | 417.232.421 |
| 2000 | 98.914.837 | 51.705.786 | 146.827.013 | 194.257.377 | 687.776.987 |
| 2005 | 163.100.549 | 93.311.161 | 246.267.362 | 295.150.563 | 1.044.988.767 |
| 2010 | 306.136.783 | 182.905.311 | 458.356.691 | 529.196.909 | 1.826.244.306 |
| 2015 | 512.781.855 | 284.652.148 | 748.112.200 | 869.718.666 | 2.740.336.131 |
| 2020 | 709.720.148 | 426.154.208 | 948.482.932 | 1.125.656.065 | 3.384.923.646 |

Fonte: Ipeadata. Elaboração da autora, 2024.

Durante o período analisado, a região que mais aumentou seu PIB foi o Centro-Oeste. E a região que menos elevou esse indicador foi o Norte. Contudo, se a análise se concentrar apenas durante os últimos dez anos observados, ou seja, entre 2010 e 2020, nota-se que a região Norte foi a que mais aumentou seu PIB, com 133% de crescimento, ao passo que a região Sudeste foi a que menos registrou aumento, com 85%.

Para o cálculo da tabela abaixo, fez-se a média do Produto Interno Bruto *per capita* – PIB *per capita* – dos estados de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras. O PIB per capita demonstra o PIB dividido pelo número de habitantes.

Desde o ano de 1990, A região Centro-Oeste vinha ocupando a primeira colocação no posto de maior PIB per capita do Brasil, se manteve nessa posição até 2019, último ano verificado. De 1990 a 2002 a região com o segundo maior PIB per capita era o Sudeste, que passou a ter seu posto disputado com a região Norte a partir de 2003. E, no ano de 2015, o Norte assumiu o segundo lugar definitivamente. Ao considerar o ano de 2019, último ano analisado, tem-se a seguinte configuração do maior para o menor PIB per capita: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Tabela 9 – PIB estadual per capita – R$ (mil), a preços do ano 2010, 1990 a 2019

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 1990 | 76,03 | 60,64 | 50,89 | 44,73 | 70,47 |
| 1995 | 80,86 | 65,54 | 59,66 | 52,07 | 73,73 |
| 2000 | 85,47 | 66,41 | 62,42 | 55,42 | 75,50 |
| 2005 | 80,60 | 66,79 | 62,31 | 47,87 | 71,01 |
| 2010 | 94,90 | 81,45 | 75,33 | 57,20 | 82,87 |
| 2015 | 99,59 | 82,07 | 80,98 | 61,48 | 80,74 |
| 2019 | 101,08 | 81,68 | 81,59 | 62,55 | 77,88 |

**Fonte**: Ipeadata. Elaboração da autora, 2024.

É no interior da família que a reprodução da vida acontece. Mas, é importante lembrar que, de acordo com Vogel (2013 [1983]), a mulher é oprimida por renovar os produtores e, também, pelo seu envolvimento na produção. Nesse sentido, saber de que maneira a massa de trabalhadores e trabalhadoras é composta é crucial.

Tabela 10 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por sexo (reais), 2012 a 2022

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Categoria** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** | **Brasil** |
| 2012 | Homens | 3498,5 | 2279,0 | 1946,5 | 3348,3 | 3442,8 | 2979,0 |
| Mulheres | 2541,3 | 1889,5 | 1612,8 | 2340,8 | 2412,5 | 2198,0 |
| 2014 | Homens | 3496,0 | 2268,8 | 2090,0 | 3508,5 | 3658,0 | 3127,3 |
| Mulheres | 2576,0 | 1923,5 | 1725,5 | 2479,0 | 2572,3 | 2323,0 |
| 2016 | Homens | 3343,8 | 2078,8 | 1932,0 | 3297,8 | 3536,8 | 2981,5 |
| Mulheres | 2526,5 | 1852,0 | 1687,0 | 2440,5 | 2598,5 | 2314,5 |
| 2018 | Homens | 3480,0 | 2181,8 | 2071,5 | 3403,0 | 3604,5 | 3089,5 |
| Mulheres | 2615,5 | 1920,8 | 1773,3 | 2542,3 | 2636,8 | 2383,0 |
| 2020 | Homens | 3398,0 | 2109,0 | 2111,0 | 3470,0 | 3709,0 | 3146,0 |
| Mulheres | 2586,0 | 1966,0 | 1787,0 | 2559,0 | 2739,0 | 2439,0 |
| 2022 | Homens | 3469,0 | 2200,0 | 1927,5 | 3356,0 | 3385,0 | 2952,5 |
| Mulheres | 2558,5 | 1957,0 | 1661,0 | 2517,5 | 2589,0 | 2331,0 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração da autora, 2024.

O gênero ainda marca expressivamente a diferença salarial entre homens e mulheres. Essa informação está presente em todas as regiões brasileiras. Ao analisar apenas o ano de 2022 nota-se que a região Centro-Oeste era a que oferecia o maior rendimento para o sexo masculino, enquanto a região Sudeste oferecia o maior rendimento para o sexo feminino. Já a região Nordeste era a que oferecia o menor rendimento para ambos os sexos. É importante ressaltar que a diferença de rendimento entre homens da região Centro-Oeste e da região Nordeste era de quase 80% em 2022, último ano analisado. Ao mesmo tempo, a diferença de rendimento entre mulheres da região Sudeste e da região Nordeste era de pouco mais de 55%. Ainda que em todas as regiões as mulheres tenham aumentado mais seu rendimento em relação aos homens, durante o período, a diferença de rendimento entre homens e mulheres na região Centro-Oeste em 2022 ainda era de 35%. No Sul, essa diferença estava em 33%, no Sudeste 30%, no Nordeste 16% e no Norte 12%. No Brasil, a diferença entre o rendimento de homens e mulheres era de 26% em 2022.

Tabela 11 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por cor ou raça (reais), 2012 a 2022

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Cor** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** | **Brasil** |
| 2012 | Total | 3109,5 | 2135,5 | 1816,3 | 2924,3 | 3007,0 | 2659,3 |
| Branca | 4029,8 | 3041,5 | 2544,3 | 3114,3 | 3704,3 | 3405,3 |
| Preta | 2396,5 | 1981,8 | 1576,8 | 2108,0 | 2046,0 | 1931,5 |
| Parda | 2520,0 | 1869,5 | 1560,3 | 2039,5 | 2119,3 | 1929,0 |
| 2014 | Total | 3119,3 | 2143,0 | 1946,5 | 3074,0 | 3193,8 | 2795,3 |
| Branca | 3989,0 | 3094,3 | 2694,3 | 3273,8 | 3934,8 | 3583,5 |
| Preta | 2592,3 | 1923,3 | 1726,0 | 2211,5 | 2182,3 | 2064,3 |
| Parda | 2583,5 | 1910,0 | 1693,5 | 2213,3 | 2264,8 | 2049,8 |
| 2016 | Total | 3005,5 | 1995,0 | 1834,5 | 2932,8 | 3133,8 | 2704,0 |
| Branca | 3867,0 | 2813,8 | 2518,5 | 3146,8 | 3894,8 | 3491,8 |
| Preta | 2356,8 | 1827,5 | 1569,5 | 2181,5 | 2094,8 | 1945,8 |
| Parda | 2516,5 | 1796,8 | 1614,0 | 2110,5 | 2185,0 | 1973,0 |
| 2018 | Total | 3116,0 | 2083,3 | 1950,3 | 3036,0 | 3181,8 | 2790,8 |
| Branca | 3925,8 | 2956,5 | 2729,0 | 3292,5 | 4014,3 | 3624,3 |
| Preta | 2513,3 | 1923,5 | 1652,0 | 2245,3 | 2168,8 | 2033,8 |
| Parda | 2661,8 | 1854,5 | 1704,0 | 2189,0 | 2273,5 | 2074,8 |
| 2020 | Total | 3056,0 | 2055,0 | 1979,0 | 3080,0 | 3286,0 | 2847,0 |
| Branca | 3870,0 | 2843,0 | 2767,0 | 3334,0 | 4176,0 | 3721,0 |
| Preta | 2452,0 | 1926,0 | 1675,0 | 2356,0 | 2244,0 | 2082,0 |
| Parda | 2634,0 | 1877,0 | 1743,0 | 2282,0 | 2306,0 | 2108,0 |
| 2022 | Total | 3082,0 | 2106,0 | 1818,0 | 2995,0 | 3036,0 | 2688,0 |
| Branca | 3987,0 | 2972,0 | 2400,0 | 3260,0 | 3750,5 | 3442,5 |
| Preta | 2489,5 | 1930,5 | 1612,5 | 2177,5 | 2216,5 | 2039,0 |
| Parda | 2586,0 | 1881,5 | 1622,5 | 2239,0 | 2274,5 | 2055,0 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração da autora, 2024.

Ao observar a variação percentual do rendimento médio do trabalho por cor ou raça durante o período analisado, percebe-se que o rendimento da categoria total diminuiu 1% nas regiões Centro-Oeste e Norte. Na região Nordeste, a variável se manteve estável para a categoria. Na região Sudeste e no Brasil houve um aumento de 1%. E na região Sul o aumento foi de 2%. A população branca apresentou queda no rendimento nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste de 1%, 2% e 6%, respectivamente. Na região Sul, a população branca aumentou seu rendimento em 5% durante o período analisado, enquanto na região Sudeste e no Brasil o aumento foi de 1%. A população preta registrou aumento no rendimento em quase todas as regiões, com exceção à região Norte, onde ouve uma queda de 3%. As regiões que apresentaram elevação foram Centro-Oeste com 4%, Nordeste com 2%, Sul com 3%, Sudeste com 8% e o Brasil que apresentaram aumento de 6%. Finalmente, a população parda foi a única que exibiu aumento em todas as regiões, sendo 3% no Centro-Oeste, 1% no Norte, 4% no Nordeste, 10% no Sul e 7% no Sudeste. No Brasil, o aumento do rendimento da população parda durante o período também foi de 7%.

Tabela 12 – Horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Categoria** | **Centro-Oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** | **Brasil** |
| 2016 | Homens | 10,0 | 10,6 | 11,0 | 11,0 | 11,4 | 11,1 |
| Mulheres | 19,0 | 19,5 | 22,0 | 20,0 | 21,6 | 21,1 |
| 2017 | Homens | 9,5 | 10,0 | 10,8 | 11,2 | 11,2 | 10,9 |
| Mulheres | 18,5 | 18,9 | 22,0 | 20,1 | 21,5 | 21,0 |
| 2018 | Homens | 9,5 | 10,7 | 10,4 | 11,2 | 11,4 | 10,9 |
| Mulheres | 18,7 | 19,3 | 22,1 | 20,6 | 22,4 | 21,5 |
| 2019 | Homens | 9,8 | 11,2 | 10,5 | 11,4 | 11,3 | 11,0 |
| Mulheres | 19,1 | 20,8 | 22,0 | 20,3 | 22,3 | 21,6 |

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 5ª visita. Elaboração da autora, 2024.

Ao lançar o olhar à quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, é possível constatar que, no Brasil e em todas as suas regiões, são as mulheres que possuem maior participação. Além do mais, no período analisado, o Brasil, bem como as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram queda nas horas dedicadas pelos homens aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado. Ao passo que em todas as regiões e no Brasil a participação feminina aumentou. Apenas a região Norte e o Sul tiveram elevação da participação masculina no item, sendo 5,7% e 3,6%, respectivamente.

Sobre as próximas duas tabelas importa destacar que a categoria total para cor ou raça inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração.

Tabela 13 – Homens de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, por cor ou raça (mil pessoas), 2016 a 2019

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Cor ou Raça** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 2016 | Total | 4440 | 4497 | 12986 | 9305 | 25687 |
| Branca | 1500 | 734 | 2857 | 7242 | 13316 |
| Preta | 355 | 363 | 1404 | 388 | 2395 |
| Parda | 2547 | 3354 | 8659 | 1619 | 9694 |
| 2017 | Total | 4891 | 4940 | 14504 | 9700 | 27126 |
| Branca | 1680 | 815 | 3191 | 7376 | 13680 |
| Preta | 423 | 414 | 1685 | 435 | 2708 |
| Parda | 2748 | 3661 | 9560 | 1821 | 10415 |
| 2018 | Total | 5141 | 5288 | 15065 | 9886 | 27928 |
| Branca | 1749 | 867 | 3397 | 7365 | 13681 |
| Preta | 497 | 426 | 1872 | 476 | 2923 |
| Parda | 2835 | 3924 | 9700 | 1983 | 10992 |
| 2019 | Total | 5284 | 5288 | 14999 | 10052 | 28693 |
| Branca | 1765 | 851 | 3271 | 7412 | 13938 |
| Preta | 562 | 439 | 2016 | 519 | 3180 |
| Parda | 2896 | 3917 | 9589 | 2036 | 11246 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Elaboração da autora, 2024.

Tabela 14 – Mulheres de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, por cor ou raça (mil pessoas), 2016 a 2019

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Cor ou Raça** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Nordeste** | **Sul** | **Sudeste** |
| 2016 | Total | 5659 | 5788 | 19922 | 11372 | 33046 |
| Branca | 2002 | 1075 | 4797 | 8918 | 17792 |
| Preta | 408 | 367 | 1969 | 451 | 2897 |
| Parda | 3205 | 4285 | 13052 | 1940 | 12026 |
| 2017 | Total | 5923 | 6111 | 20811 | 11532 | 33902 |
| Branca | 2142 | 1114 | 4881 | 8869 | 17616 |
| Preta | 449 | 431 | 2190 | 498 | 3207 |
| Parda | 3286 | 4503 | 13626 | 2082 | 12694 |
| 2018 | Total | 6134 | 6264 | 21018 | 11628 | 34529 |
| Branca | 2238 | 1133 | 4912 | 8771 | 17312 |
| Preta | 530 | 400 | 2333 | 542 | 3402 |
| Parda | 3302 | 4627 | 13621 | 2230 | 13400 |
| 2019 | Total | 6214 | 6324 | 21124 | 11749 | 34911 |
| Branca | 2188 | 1161 | 4882 | 8788 | 17644 |
| Preta | 570 | 453 | 2495 | 536 | 3605 |
| Parda | 3385 | 4601 | 13562 | 2319 | 13285 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Elaboração da autora, 2024.

Ao analisar os homens e mulheres de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente por cor ou raça, infere-se que, durante o período observado, a população preta de ambos os sexos foi a que mais aumentou sua participação no item. Ao passo que a população branca foi a que menos aumentou sua participação.

3 Conclusões

O tema deste artigo é Desenvolvimento Regional e Reprodução Social. Os objetivos que nortearam esta pesquisa foram analisar o desenvolvimento regional do Brasil pós 1988 a partir da Teoria da Reprodução Social pela perspectiva de gênero e, especificamente, descrever os processos de reprodução da vida nas regiões brasileiras e descrever os processos de reprodução do capital nas regiões brasileiras. As hipóteses consideradas foram: i) a Teoria da Reprodução Social aliada ao Desenvolvimento Regional, é capaz de tecer uma análise acerca das diferenças regionais brasileiras e dos processos de reprodução social a partir de uma perspectiva de gênero; ii) o sentido da formação do Brasil é que o território se desorganizou em regiões e essa desorganização se mantém até os dias atuais. Dessa forma, desde os primórdios as regiões brasileiras vêm reproduzindo desigualdades. E assim, a reprodução social ocorre com maior intensidade nas regiões mais desiguais.

O artigo buscou responder como se dão os processos de reprodução da vida e do capital nas regiões brasileiras, bem como os processos de reprodução do capital, a partir da coleta de indicadores socioeconômicos como população, PIB, PIB per capita, renda, horas dedicadas ao trabalho doméstico, entre outros, das macrorregiões brasileiras.

O que pôde ser inferido é que a reprodução da vida está ocorrendo com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste, já que são as regiões que disputam as primeiras colocações desde a década de 1980, em relação ao percentual de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, também são as regiões que apresentam as maiores taxas de fecundidade.

Ao analisar os dados sobre a taxa de imigração líquida, notou-se que enquanto a região Centro-Oeste recebeu ou reteve o maior número de pessoas a região Nordeste recebeu ou reteve o menor número de pessoas do período analisado (IBGE, 2022). Essa variável é capaz de explicar a contradição entre a reprodução da vida estar presente mais fortemente nas regiões Norte e Nordeste, enquanto é a região Centro-Oeste que possui o maior crescimento populacional (Ipeadata, 2022), ainda que esta tenha sido a única região que apresentou crescimento no número de óbitos fetais entre os anos de 2003 e 2021 (IBGE, 2022).

Quando se olha para indicadores que estão relacionados a riqueza regional, nota-se que o maior Produto Interno Bruto (PIB) em todo o período analisado foi da região Sudeste (Ipeadata, 2022), sugestivamente, a segunda região em termos de taxa de imigração líquida (IBGE, 2022). O maior PIB per capita, por sua vez, pertence à região Centro-Oeste desde 1989 (Ipeadata, 2022), coincidentemente, a região com maior taxa de imigração líquida (IBGE, 2022).

Na categoria trabalho, foi possível perceber que, em todas as regiões, as mulheres ainda são minoria. Sendo que as menores quantidades foram registradas nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente (IBGE, 2022). Também é no Nordeste que está o maior número de mulheres apontadas como pessoa de referência da família, seguido ora pelo Norte, ora pelo Centro-Oeste (IBGE, 2022). As regiões Norte e Nordeste também ocupam as primeiras posições quando se observa a distância entre homens e mulheres na força de trabalho (IBGE, 2022). Ou seja, nessas regiões os homens estão massivamente mais presentes no mercado de trabalho. Sem embargo, é legítimo admitir que as mulheres são oprimidas por não terem as mesmas oportunidades que os homens quando o assunto é trabalho.

Quando esse recorte é feito por cor ou raça, a situação torna-se ainda mais delicada. Se as mulheres são oprimidas por falta de oportunidade, mulheres pretas são duplamente oprimidas, já que em todas as regiões há mais pessoas brancas ou pardas na força de trabalho comparativamente à população preta (IBGE, 2022).

O valor do trabalho, ao ser analisado, acompanhou a lógica do seu acesso. As regiões Sudeste e Centro-Oeste disputaram o primeiro lugar em relação ao maior rendimento da população. Já a região Nordeste apresentou o menor rendimento em praticamente todo o período analisado (IBGE, 2022). Fato que também ajuda a explicar as migrações principalmente da região Nordeste para o Sudeste e Centro-Oeste.

Quando esse dado é recortado por sexo, o Norte foi a região que possuía a menor distância entre o rendimento de homens e mulheres – 12%. Já o Centro-Oeste apresentou a maior distância, com os homens ganhando 35% mais que as mulheres. A maior diferença entre o rendimento médio do trabalho foi identificada na região Sudeste, com a população branca recebendo 69% mais que a população preta em 2022 (IBGE, 2022).

O trabalho não pago em todo o Brasil é majoritariamente efetuado por mulheres. Mas, na região Nordeste as mulheres trabalham ainda mais que os homens, em relação as demais regiões do Brasil. Quanto se considera a raça, novamente as mulheres pretas são duplamente exploradas, já que a população preta foi a que mais aumentou sua participação no trabalho não pago, principalmente na região Nordeste (IBGE, 2022).

Ou seja, as disparidades regionais podem ser observadas em todos os indicadores analisados.

A reprodução da vida ocorre com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, essa massa de trabalhadores está migrando para regiões que são aparentemente mais ricas, ou seja, Sudeste e Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida, melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos. O fato de mais mulheres serem apontadas como pessoa de referência da família na região Nordeste pode indicar que os homens migram para outras regiões e as mulheres permanecem no Nordeste.

As mulheres são exploradas de diversas maneiras, em todas as regiões do Brasil. Mas, na região Nordeste elas possuem menos oportunidades de trabalho, menores rendimentos e efetuam mais trabalho não pago em relação aos homens, fato que é acentuado se forem pretas.

Finalmente, os dados contribuem para concluir que a organização regional do Brasil, que se iniciou ainda no Brasil colônia, continua a amargar consequências dessa formação. Essas consequências – desigualdades – são intensificadas pelo modo de produção capitalista e, mesmo com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, que visa, dentre outros, reduzir as desigualdades sociais e regionais, o Brasil parece não ter conseguido cumprir esse objetivo. Esse insucesso poderia ser revertido se as causas das desigualdades fossem investigadas e fossem desveladas as relações sociais que estão por trás das aparências, como é o caso da reprodução social.

Mas o que poderia ser considerado um horizonte utópico para gentes (principalmente as mulheres) das regiões mais oprimidas? Sem grandes pretensões, talvez o mais simples possa ser o melhor caminho. Parafraseando Theis (2020a), romper as relações de subordinação de umas gentes, que hoje são obrigadas a vender sua força de trabalho a outras gentes, que são privilegiadas pelo enriquecimento graças ao trabalho alheio. Ou seja, se nenhum ser humano ser impuser diante de seu semelhante, se não houver exploração das gentes pelas gentes, as mulheres não serão mais obrigadas a repor a massa de trabalhadores para atender ao capital, nem serão mais relegadas ao trabalho não pago, muito menos – por consequência – serão desvalorizadas e exploradas. Se todos se vissem apenas como gente, não haveria tantas classificações como negro, pardo, branco, mulher, homem, etc. O que restaria seria uma sociedade una, que poderia rumar em conjunto para além do desenvolvimento.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**. Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de: Maíra Silva. **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º semestre de 2019.

BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olimpio; FAVERI, Helena Justen de. **Educar para a pesquisa**: normas para a produção de textos científicos. 3 ed. Rio do Sul: NOVA LETRA, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2001-2015.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Estatísticas do Registro Civil, 2003-2021.** Rio de Janeiro, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2016**. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata. gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Texto para discussão nº 2528.

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nun: qual concepção de desenvolvimento quando se trata dedesenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E202224pt, 2022.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimentos possíveis do Regional, envolvimentos alternativos das Gentes. **Ágora** (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 76-90, julho-dezembro, 2020a. ISSN 1982-6737.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da

realidade brasileira. **Redes** – Santa Cruz do Sul (On-line), v. 24, n. 3, p. 334-360, setembrodezembro, 2019. ISSN 1982-6745.

VALIAVICHARSKA, Zhivka. Social Reproduction in the Making: Recentering the Margins, Expanding the Directions, CLCWeb: Comparative Literature and Culture 22.2, 2020, **Special Issue The Politics of Social Reproduction**. Ed. Kelly Gawel and Cinzia Arruzza.

1. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: [boschweder@furb.br](mailto:boschweder@furb.br). Bolsista Capes. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. [lbutzke@furb.br](mailto:lbutzke@furb.br) . [↑](#footnote-ref-2)
3. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. [theis@furb.br](mailto:theis@furb.br) . [↑](#footnote-ref-3)